

Índios propõem indenização

BRASÍLIA — Cansados de esperar por uma decisão do governo, os índios guajajaras, da aldeia de Urucu-Juruá, no Maranhão, apresentaram esta semana uma proposta diferente à Fundação Nacional do Índio (Funai): doar os Czs 120 milhões que receberiam da Eletronorte (a linha de transmissão da Hidrelétrica de Tucuruí cortou a área indígena de 12.700 hectares) para que o governo possa indenizar as 200 famílias de posseiros instalados em suas terras. Mas ontem pela manhã os índios ficaram revoltados quando descobriram, ao tentar autenticar o documento firmado com a Funai para garantir seu território, que a assinatura do presidente da fundação, Íris Pedro de Oliveira, não conferia com a que estava arquivada no cartório.

Os guajajaras, por não confiarem mais "nas promessas do governo", exigiram que o encontro com a direção do órgão fosse registrado em um documento. "Dessa vez decidimos

abrir mão de um dinheiro que seria utilizado para a comunidade e parece que, de novo, estão tentando nos enganar", disse o cacique Getúlio.

Os três índios que estão em Brasília, caciques Getúlio e José Alves, e o mais velho chefe da tribo, Alexandre, afirmaram que na segunda-feira, durante reunião, o presidente da Funai garantiu que o governo está com os cofres vazios e, por isso, seria impossível cumprir o acordo feito há alguns meses com os índios de que os posseiros seriam retirados da área até dezembro. "Nós apresentamos a alternativa de usar nas indenizações o dinheiro da Eletronorte. A Funai teria de complementar esses recursos com mais Czs 80 milhões. O presidente disse que iria estudar o assunto", ressaltou Getúlio.

No final da noite de ontem, o presidente da Funai não quis responder às acusações dos guajajaras de que é falsa a sua assinatura no documento que firmou com o grupo indígena.

DIVERGÊNCIAS

Cinco índios suruí e um cinto-larga que foram dados como mortos depois de um tiroteio no domingo na área indígena dos índios zoró, municípios de Arapuaia, Norte de Mato Grosso, apareceram ontem à tarde na Casa do Índio, de Riozinho, Sul de Rondônia, assustados, mas sem ferimentos. Não se conhece ainda a identidade dos implicados no tiroteio ocorrido perto do povoado de Pacarana, que fica em território indígena, mas os índios disseram ter visto a caminhonete Toyota branca da Madeireira Regente, que explora madeira nas áreas indígenas.

Segundo a Fundação Nacional do Índio (Funai), em Brasília, no tiroteio apenas uma pessoa estaria ferida, um pistoleiro. Quatro índios que escaparam do tiroteio se esconderam na mata e anteontem de madrugada chegaram à cidade de Cacoal. Eles contaram que foram alcançados pela caminhonete, quando se dirigiam ao posto indígena Pacarana, e surpreendi-

dos com o tiroteio. Depois do conflito deram pela falta de seis companheiros. O grupo tinha participado de uma operação conjunta com a Polícia Federal para a retirada de posseiros.

A antropóloga Beth Midlin, que está em Cacoal, disse que o tiroteio aconteceu depois de divergências entre os índios. O chefe dos zorós, Paio, foi hostilizado por outros grupos indígenas da região. Ele fez um acordo com os invasores mas nos últimos dias, sob pressão, passou a apoiar a Polícia Federal.

Em Belém, o juiz federal Iran Velasco Nascimento, da 3ª Vara, decidiu processar criminalmente por injúria o advogado José Carlos Castro, que defende os índios Paulinho Paiaçá e Cube-I e o antropólogo norte-americano Darrel Posey, denunciados pela procuradoria regional da República por interferir em assuntos internos do Brasil. Castro acusou Nascimento de racista por não permitir que Cube-I prestasse depoimento usando traje típico dos calapós.

Índios quase pagam para recuperar terra

Para se livrar de invasores, os índios guajajaras, do Maranhão, quase fizeram um acordo com a Funai: doar Czs 120 milhões que a Eletronorte pagará, por instalar linhas na reserva, pa-

ra o governo indenizar os posseiros. Mas os índios descobriram, ao examinar o documento, que a assinatura do presidente da Funai, Íris de Oliveira, não confere em cartório.